

Política fiscal musculada



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Terminou na passada sexta-feira o prazo para a comunicação dos inventários à Autoridade Tributária. O Governo concedeu uma prorrogação de mais uma semana relativamente à data previamente estabelecida, o que é manifestamente insuficiente, porque a maioria das empresas não estava preparada para fazer o inventário de forma a transcrevê-lo nas condições que a tutela exige. Bem sei que a obrigação não é nova, mas o mesmo não acontece com a forma de a transmitir, que é uma completa novidade. Tudo isto gera ansiedades. Desnecessárias, dizemos nós. E o problema reside na origem. O legislador exige sem saber minimamente se as empresas têm ou não condições de proceder a esta obrigação, quanto é que isso lhes custa e qual o benefício que o Estado vai retirar pelo efeito de se criar essa nova obrigação.

O inventário acaba por ser informação em duplicado, porque as empresas já disponibilizam a sua declaração Modelo 22 e os empresários em nome individual enviam a demonstração de resultados, com a relação dos gastos das matérias primas consumidas e vendidas. Trata-se de mais uma medida que só contribui para aumentar a carga burocrática que pende sobre as empresas e surge na sequência de uma estratégia política musculada relativamente ao processo fiscal, em que se determina, de forma inequívoca e sem discussão,

que é preciso cumprir o que é imposto. Infelizmente, uma política de concertação de diálogo, em busca das melhores soluções, não faz parte dos valores políticos das Finanças.

E o que dizem as associações empresariais? Surpreendentemente fazem e dizem pouco. Muito pouco. Demonstraram condescendência neste processo, questionando de forma ténue uma imposição que mexe diretamente com os interesses dos que defendem. Exceção feita a uma missiva enviada à ministra das Finanças solicitando a dilatação do prazo para a transmissão dos inventários. É certo que o objetivo foi parcialmente alcançado, mas pedia-se mais tempo para as empresas. 31 de março seria uma data apropriada. Por norma, as associações empresariais não gostam de estar contra o poder. Mesmo quando o Executivo faz asneiras, acabam por preferir ignorá-las e contorná-las do que publicamente criticar. Importa dizer que estar contra o governo não é sistematicamente dizer mal. Estar contra o governo é ter a coragem de criticar, quando a ocasião assim o exige, apoiar e elogiar aquilo que é bem feito, apelar ao diálogo quando as partes estão distanciadas. Por vezes é do confronto que nascem as melhores ideias. Basta recuar uns meses e ver, após uma acesa e frutífera troca de argumentos, como a tutela transfigurou, para melhor, a proposta da comissão de reforma do IRS. ■

Uma política de concertação de diálogo, em busca das melhores soluções, não faz parte dos valores políticos das Finanças.

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.